

Direitos, questão agrária e conflitos territoriais: reflexões sobre a experiência da extensão universitária e da assessoria jurídica popular no Semiárido Mineiro¹

Thais Barroso Queiroz (UFVJM/BRASIL)

Clebson Souza de Almeida (UFVJM/BRASIL)

Geraldo Miranda Pinto Neto (UEMG/BRASIL)

Palavras-chave: conflitos, assessoria jurídica popular, povos e comunidades tradicionais

Os territórios do semiárido mineiro vivem um contexto de intensificação dos conflitos territoriais e socioambientais, marcado por violações de direitos humanos aos povos e comunidades tradicionais diante da implementação de projetos desenvolvimentistas. Diante disso, vimos apresentar e discutir sobre as ações de formação e extensão desenvolvidas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM², a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG³ e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Norte de Minas Gerais⁴, com o objetivo de promover a formação, a extensão e a pesquisa no campo da assessoria jurídica popular, voltadas à defesa dos direitos humanos e territoriais, envolvendo juventudes universitárias e lideranças de povos e comunidades tradicionais.

A produção social espaço agrário contempla uma diversidade de relações entre sociedade e natureza, muitas delas forjadas em frentes de resistência, e outros tantos suplantados frente às incidências da modernização conservadora da agricultura e dos grandes projetos de desenvolvimento – como as hidrelétricas, monocultivos de eucalipto, mineração etc. Os municípios que compõem as regiões administrativas conhecidas como Vale do Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri, têm um processo histórico, de formação geográfica, social e econômica, em que as relações de produção e de trabalho apresentam características marcantes da expropriação, da exploração e da subjugação de

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

² Por meio do Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro e da Pró-reitoria de Extensão e Cultura;

³ Por meio do Observatório Fundiário do Vale do Jequitinhonha;

⁴ Por meio do Coletivo de Direitos Humanos e apoio do mandato parlamentar da deputada Célia Xakriabá, via emenda.

diferentes grupos sociais – principalmente dos povos originários e dos povos negros, impostos ao trabalho escravo – e da usurpação dos bens comuns (florestas e minerais).

Destacam-se aqui as intervenções estatais por meio de planos para o desenvolvimento regional a partir de grandes projetos de desenvolvimento à exemplo da criação dos distritos florestais e do mapeamento do potencial de produção energética a partir da projeção de usinas hidroelétricas em vários afluentes e no próprio rio Jequitinhonha. Desta forma, no contexto atual, a situação agrária nos territórios do rio Jequitinhonha tem em comum uma raiz estrutural que pode ser problematizada na análise da formação socioeconômica regional e, com ela, na repartição dos bens comuns, na progressiva estruturação de uma sociedade de classes, patriarcal, sexista e de supremacia branca, em que o lugar dos povos originários é paulatinamente encurralado, exprimido e atacado.

Neste sentido, o projeto se desenvolveu em duas linhas centrais de atuação: a) a assessoria jurídica popular para acampamentos e assentamentos da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais em situações de conflitos no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha; b) a realização do curso de extensão ‘Direitos Territoriais, Questão Agrária e Assessoria Jurídica Popular’, visando a formação de cerca de 50 juristas populares e/ou lideranças. As potencialidades de uma antropologia do direito nas relações entre movimentos sociais e a academia, vão no sentido de consolidar uma atuação universitária comprometida com a realidade local, articulando ensino, pesquisa e extensão a partir dos grupos subalternizados da sociedade na construção coletiva de estratégias para garantir os direitos diante da emergência dos conflitos socioambientais e ao mesmo tempo, das mais variadas estratégias de resistência dos povos.

Cabe destacar que a iniciativa buscou também contemplar uma perspectiva interdisciplinar de extensão universitária, se propondo a colocar em movimento os conhecimentos científicos e a comunidade universitária para compreender outras realidades, que desafiam o campo teórico-metodológico e as pautas políticas na propositura de alternativas viáveis para sujeitos, povos e comunidades.

Do curso de extensão e da promoção das relações em rede

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), considerada uma instituição jovem no Brasil, com 20 anos de existência, vivencia uma fase de consolidação da relação entre a universidade e as demandas sociais das comunidades. O

projeto “Direitos, Questão Agrária e Conflitos Territoriais: Conexões, Vivências e Ações entre Universidades e Comunidades” executado pelo Observatório dos Vales e Semiárido Mineiro — que atua neste território há aproximadamente uma década — nesse aspecto, buscou contribuir para o fortalecimento do diálogo entre a academia e os sujeitos coletivos a partir do desenvolvimento de uma extensão universitária de caráter popular e interdisciplinar. Ancorado no tripé ensino, pesquisa e extensão, buscou realizar atividades de formação, investigação, com oficinas e diálogos sobre temas oriundos das problemáticas socioambientais presentes na realidade das comunidades do semiárido mineiro, alinhadas a extensão universitária e assessoria jurídica popular junto aos povos indígenas e comunidades tradicionais em parceria com a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e o Coletivo de Direitos Humanos do MST Norte de Minas.

Os cursistas, através do curso de extensão “Direitos territoriais, questão agrária e assessoria jurídica popular”, se aproximaram do conceito da educação popular, ao compreender o papel fundamental na democratização do conhecimento, isto é, traduzir o “juridiquês” para uma linguagem acessível e reconhecendo o conhecimento popular também constitui campo de conhecimento o que possibilitou refletir a perspectiva de transformação social por meio de estratégias de organização coletiva e da mobilização popular.

Foram ofertadas inicialmente 30 vagas para estudantes universitários, assessores populares oriundos ou com experiência de trabalho junto a povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais no estado de Minas Gerais, com interesse em atuar no Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Norte de Minas e Vale do Rio Doce, com reconhecida atuação junto a comunidades camponesas e tradicionais, acampamentos rurais e urbanos, assentamentos da reforma agrária, povos originários e movimentos sociais na luta por direitos fundamentais. Diante da elevada procura pelo curso, que recebeu 80 inscrições, foram abertas mais 15 vagas. Ao final, concluíram o curso de extensão 41 participantes, sendo, 8 homens e 33 mulheres.

Sobre a composição da turma, distribuiu-se em advogadas(os) formados e em formação, em sua maioria que atuam ou atuaram na assessoria técnica jurídica e assessoria técnica independente; estudantes de graduação nas áreas das ciências humanas; mestres(as) em áreas afins; e lideranças de povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, aparadores de flores-sempre viva, catingueira, pesqueira).

A análise das motivações apresentadas pelos candidatos evidencia que o principal interesse na participação do curso esteve relacionado ao aprofundamento e o fortalecimento das competências voltadas à assessoria jurídica popular. De modo geral os participantes manifestaram o propósito de qualificar sua atuação junto às populações atingidas por grandes projetos de desenvolvimento, contribuindo de forma mais consistente para a defesa dos direitos territoriais e para o fortalecimento das lutas sociais em prol da justiça e garantia dos direitos.

Quanto à metodologia, a execução do projeto de extensão seguiu princípios e fundamentos da educação popular, especificamente no referencial de Paulo Freire, se pautando pela defesa da educação libertadora, ou seja, “A educação com prática de liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente de homens” (FREIRE, 2014, p. 98). Para que o processo formativo caminhe por princípios educativos como prática da liberdade é fundamental garantir condições para a leitura e análise do mundo vivido, e sua problematização, afinal “quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados” (FREIRE, 2014, p. 98).

Inspirado na Pedagogia da Alternância e buscando atender à realidade espacial e profissional dos inscritos, o curso adotou o Tempo Universidade, realizado em 2 semanas presenciais, sendo uma no Acampamento Estrela do Norte, em Montes Claros e na outra no espaço das universidades (federal e estadual), em Diamantina. O Tempo Comunidade foi composto por ações práticas de pesquisa e extensão, realizadas diretamente junto às comunidades, organizações ou movimentos em que o cursista estava vinculado, bem como por oficinas virtuais mensais, com a abordagem dos seguintes temas: 1ª) Criminalização da luta pela terra e território; 2ª) Papel e construção de Protocolos de Consulta; 3ª) Desafios e estratégias jurídicas de atuação nas ações possessórias; 4ª) Conflitos por terra, água, subsolo (mineração), trabalho análogo à escravidão e a atuação da assessoria jurídica popular; 5ª) Direitos da natureza, identificação dos danos socioambientais, espirituais e bens comuns; 6ª) Direitos territoriais dos povos indígenas e os desdobramentos aos direitos dos quilombolas e demais comunidades tradicionais.

A partir destes e de demais temas tratados nos encontros presenciais, os cursistas foram provocados a pensar propostas de intervenções na sua própria realidade, com o

acúmulo teórico e a práxis da educação libertadora. Ao final, cada cursista apresentou um relatório com o diagnóstico da sua realidade e atuação.

Em uma análise inicial, observa-se imediatamente a relevância do envolvimento de mulheres na assessoria jurídica popular para comunidades que vivem situações de conflitos, visto que, a turma do curso é composta por estudantes universitários, assessores populares oriundos ou com experiência de trabalho junto a povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais no estado de Minas Gerais, em que das 37 pessoas matriculadas e recorrentes, apenas 6 são homens e 31 são mulheres. Já na Comissão Política Pedagógica (CPP), que envolve as organizações parceiras, a equipe é multidisciplinar e tem 13 profissionais sendo 06 homens e 07 mulheres.

Esses dados evidenciam o protagonismo feminino em diferentes frentes: na base, vivendo nos acampamentos, no exercício de liderança, nas organizações sociais e na atuação dos grupos de pesquisa, coordenação e execução do projeto. O que significa que, majoritariamente, as mulheres estão ocupando espaços e o trabalho de produção, cuidado, comercialização, assessoria às comunidades, formação, mobilização social etc. Revelando, portanto, um forte caráter simbólico e pedagógico que nutre o esperar e reafirma o território como um espaço de reprodução social, resistência e reinvenção da vida.

Além do curso, algo que merece grande destaque são as ações de extensão realizadas diretamente pelos advogados e advogadas populares do Coletivo de Direitos Humanos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Norte de Minas Gerais. Mais de 20 incursões a campo e defesas em disputas judiciais coletivas foram realizadas, envolvendo pelo menos 5 municípios do Norte de Minas Gerais. Além de oficinas formativas realizadas diretamente junto aos comunitários. Uma assessoria jurídica popular atuante e próxima da base.

Vale citar, por exemplo, o acompanhamento à comunidade quilombola de Vila São João, no município de Berizal-MG, cujo processo de conquista do território tradicional poderá ser o primeiro do Brasil por meio do processo de adjudicação. A atuação constante e com uma relação de confiança entre a equipe de advogadas(os), antropólogos, e as lideranças da comunidade tem sido imprescindível para a defesa dos direitos. A parceria com as universidades públicas promove espaços de trocas e de

aprendizados mútuos, além do fortalecimento na elaboração e publicização das peças técnicas elaboradas ao longo dos processos de luta pela terra/território.

Como resultados científicos, vale destacar ainda a publicação de artigos científicos em congresso realizado na Colômbia, duas experiências de estágios não formais na licenciatura em geografia e vivências vinculadas aos assentamentos no Norte de Minas. O projeto promoveu ainda intercâmbio político entre organizações, movimentos sociais populares e as universidades, resultando no desenvolvimento de trabalhos a longo prazo, tais como outros grupos de extensão, trabalhos e pesquisas, a exemplo da especialização em Direitos sociais do campo na Universidade Federal de Goiás, campus Goiás Velho, em que três dos cursistas se matricularam para aprofundar sobre assuntos correlatos.

Referências:

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 58 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014